

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Valor pode ser conferido por meio da carteira digital

Mais de 642 mil servidores não receberam o Pasep

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informou que começou a processar as informações encaminhadas com atraso por prefeituras de todo o país, o que retardou a liberação do abono salarial do Pasep de 2025 (referente ao ano-base de 2023) para 642.694 servidores públicos, no total de R\$ 719.096.583.

Para resolver o problema, a pasta abriu um

prazo excepcional para o envio de dados pelos municípios até 20 de junho. Agora, o processamento das informações vai permitir que esses servidores recebam o benefício em 15 de outubro.

A partir de 5 de outubro, esses trabalhadores já poderão consultar o valor a receber de abono por meio da Carteira de Trabalho Digital ou do portal Gov.br.

No BB

O pagamento do abono salarial do Pasep é feito pelo Banco do Brasil, preferencialmente por meio de crédito em conta. O dinheiro também pode ser transferido via TED ou Pix. Para os trabalhadores que não tem conta ou chave Pix, o saque é permitido nas agências do BB.

Direito

Têm direito ao abono salarial os servidores cadastrados no Pasep há pelo menos cinco anos e ter exercido atividade remunerada durante pelo menos 30 dias, consecutivos ou não, e ter recebido até dois salários mínimos em média no ano-base de referência.

Sinclair Maia/Anatel



Entre as agências reguladoras federais está a Anatel

Quadro de funcionários de agências reguladoras caiu 15%

As agências reguladoras federais enfrentaram uma redução de cerca de 15% em seu quadro de servidores de 2015 a 2014, segundo um estudo feito pela FGV Direito Rio. A pesquisa também mostra que, paralelamente, houve diminuição de aproximadamente 30% no orçamento total desses órgãos.

Por conta disso, o peso

relativo das despesas obrigatórias e com pessoal aumentou significativamente, apontou o estudo. Em 2024, cerca de 70% das despesas dessas autarquias eram de natureza obrigatória, e as despesas com pessoal (exceto aposentadorias) correspondiam a 46,6% do total.

Entre as agências estão ANA, Anac, Anatel, Anvisa, ANS, Aneel e ANP.

Suspensão de concurso da Marinha

Os concursos em andamento promovidos pela Marinha podem ser suspensos. O Ministério Público Federal (MPF) ajuizou uma ação civil pública solicitando a suspensão imediata do certame até que o número de vagas reservadas a candidatos

cotistas seja ajustado conforme as regras vigentes.

Segundo o MPF, foi identificada a restrição da quantidade de vagas destinadas a pessoas pretas, pardas e com deficiência nos certames, por meio do fracionamento do total de vagas.

Nenhuma vaga destinada a PCD

Um dos casos analisados trata do concurso para o quadro técnico do Corpo Auxiliar da Marinha, com 62 vagas. A seleção deveria ter reservado, pelo menos, 20% das vagas para candidatos pretos ou pardos e 5% para pessoas com deficiência, confor-

me a legislação vigente em fevereiro, quando o edital foi publicado. No entanto, foram estabelecidas apenas 11 vagas para cota racial — número inferior ao percentual mínimo — e nenhuma vaga foi destinada a candidatos com deficiência.



Para o governo, nomeações do CPNU representam um novo modelo de ingresso no serviço público federal

MGI dá aval para contratação de 1,3 mil servidores

Entre as nomeações estão 855 auditoras e auditores-fiscais e 279 analistas de infraestrutura

Por Martha Imenes

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) autorizou a nomeação de 1,3 mil pessoas candidatas aprovadas na primeira edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU). As nomeações abrangem 855 auditoras e auditores-fiscais do trabalho, 182 analistas em tecnologia da informação e 279 analistas de infraestrutura, fortalecendo áreas estratégicas para a administração pública federal no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e no próprio MGI.

A Portaria MGI nº 7.455 autoriza a nomeação de 855 auditoras e auditores-fiscais do trabalho para o quadro de pessoal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Essa é uma

das carreiras essenciais para garantir o cumprimento da legislação trabalhista, a proteção dos direitos dos trabalhadores e a promoção de condições dignas de trabalho em todo o país.

Inspeção

De acordo com o MGI, a nomeação dos novos servidores contribuirá para ampliar a capacidade de inspeção do MTE, permitindo maior alcance das ações de combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil e às irregularidades trabalhistas, além de fortalecer a política de segurança e saúde no trabalho.

Já a Portaria MGI nº 7.456 autoriza a nomeação de 461 aprovados para cargos diretamente vinculados à modernização do Estado: 182 analistas em tecnologia da informação e 279 analistas de infraestrutura. Esses

profissionais reforçarão o quadro do MGI, apoiando a agenda de transformação digital, inovação em serviços e fortalecimento da infraestrutura pública.

A entrada desses servidores é estratégica para garantir o avanço de políticas de modernização e transformação do Estado como a RedeGOV.BR, a digitalização de serviços, a segurança cibernética, o planejamento de grandes obras e a integração tecnológica entre União, estados e municípios.

Transformação

As nomeações do CPNU representam um novo modelo de ingresso no serviço público federal, concebido como parte da agenda de transformação do Estado conduzida pelo governo federal, garantindo mais transparência, diversidade e eficiên-

cia na seleção de servidores. As vagas autorizadas constam dos editais de abertura publicados em janeiro de 2024, com resultados homologados em agosto de 2025. As nomeações autorizadas trazem para o serviço público profissionais qualificados para atuar em áreas estratégicas e de grande impacto social.

Curso de formação

Entre os cargos com previsão de curso de formação no CPNU 1, as primeiras nomeações autorizadas foram para as agências reguladoras que participaram do certame (Antaq, Aneel e ANS), em julho.

Na sequência, em agosto foi autorizada a nomeação dos aprovados para o cargo de analista de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Orçamento

As portarias preveem que as nomeações dependem da existência de vagas na data da posse e da comprovação de adequação orçamentária e financeira, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A medida assegura que o reforço no quadro de pessoal seja compatível com a sustentabilidade fiscal do Estado.

Sindifisco Nacional mostra distorção do Imposto de Renda

Divulgação

Um estudo do Sindicato dos auditores-fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional) revela a distorção do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) no Brasil: assalariados com rendimentos mensais a partir de aproximadamente R\$ 6 mil arcam com uma carga proporcionalmente maior que milionários.

De acordo com o estudo, atualmente a progressividade do imposto se encerra na faixa entre 15 e 20 salários mínimos mensais. A partir desse patamar, o sistema torna-se regressivo, e os mais ricos passam a ser menos onerados.

A maior alíquota efetiva média registrada foi de 11,41%, incidente justamente sobre essa faixa intermediária de renda. Para os contribuintes com rendimentos superiores a 240 salários-mínimos, a alíquota efetiva caiu para 5,18%, nível inferior ao de trabalhadores que recebem entre cinco e sete salários-mínimos (6,63%).

Isenção

O estudo mostra que a principal causa da regressividade é a isenção sobre lucros e dividendos, em vigor desde 1996. Em 2023, esse tipo de rendimento somou R\$ 700 bilhões, representando cerca de 35% da renda isenta declarada à Receita. Enquanto a parcela isenta



Sindifisco Nacional apresentou ao Congresso uma proposta de emenda ao PL 1087/2025

crece, a proporção de rendimentos efetivamente tributados caiu de 54% para 50% entre 2022 e 2023, reforçando a desoneração dos contribuintes de maior renda.

O levantamento do Sindifisco também chama atenção para os impostos sobre aplicações financeiras e fundos de investimento.

A alteração feita em 2023 passou a cobrar os rendimentos pelo regime de competência, o que aumentou a arrecadação. Entretanto, a desigualdade continua: a renda do capital ainda recebe benefícios maiores que a renda do trabalho.

Sistema

Para a direção nacional do Sindifisco, a análise comprova que o Brasil mantém um dos sistemas de Imposto de Renda mais injustos do mundo. "É inevitável constatar que o atual modelo é não isonômico e não equitativo. Assalariados de renda média sustentam uma carga mais pesada que acionistas e grandes investidores, o que contraria o princípio constitucional da capacidade contributiva", avalia a entidade.

O sindicato ressalta que a correção dessa distorção passa pela tributação de lucros e di-

videndos. A entidade reforça que os dados apresentados neste estudo são subsídios técnicos para o debate da Reforma do Imposto de Renda em curso no Congresso.

Proposta

O Sindifisco Nacional apresentou ao Congresso uma proposta de emenda ao Projeto de Lei 1087/2025, que trata da Reforma do IR. A sugestão prevê a isenção para rendas até R\$ 5 mil e a desoneração parcial até R\$ 7 mil, propostas pelo governo, com a correção de 15,78% da tabela progressiva.